

DATA: 20/03/2017



À COLETA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA VALEC - ENGENHARIA,
CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

VALEC
PROTOCOLO CENTRAL
Recebido em.

20 MAR. 2017

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA EDITAL Nº 007/2016 – PROC. Nº 51402.127504/2015-79

O **CONSÓRCIO STRATA / EPC Lote 01S – Extensão Sul da FNS**, já qualificado nos autos da Concorrência em epígrafe, vem, respeitosamente, perante essa Ilustre Comissão de Licitação, com fulcro no artigo 109, inciso I, "b" da Lei 8.666/93, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra o julgamento da fase de Proposta Técnica, o qual requer seja recebido e, após analisado, reformada a decisão proferida, ou, faça-o subir à autoridade superior devidamente informado, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I – DA ESPÉCIE

Trata-se da licitação Concorrência Pública nº 007/2016 promovida pela VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS LTDA, que visa a **contratação de empresa de engenharia consultiva para “Supervisão das obras de implantação do Lote 01S da EF-151 – Extensão Sul da FNS”**.

Passada a fase de Habilitação, foi divulgado em por essa respeitada Comissão o resultado da 2ª fase do presente certame (julgamento das Propostas Técnicas), na qual a Recorrente, em que pese o respeito que esses sérios julgadores merecem, obteve uma pontuação técnica bem aquém daquela que efetivamente deveria ter recebido diante dos argumentos efetivamente apresentados por ela para os itens **CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL, PLANO DE TRABALHO e ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**.

Lidia Oliveira Salgado
Recepção SULIC
VALEC Eng. Constr. e Ferrovia S.A

20/03/2017
15:21

Cabe ressaltar que a análise do item **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**, onde se apresentam as comprovações das capacidades dos componentes da Equipe Técnica das Licitantes, **reveste-se de grande simplicidade**, uma vez que o critério é objetivo, baseado na verificação dos atestados emitidos em nomes de cada profissional. Em face do exposto, é nosso entendimento que o erro no julgamento proferido, para o qual se exige a necessária reparação, decorre, certamente, do elevado volume de serviço ocorrido na presente licitação, principalmente devido ao excessivo número de participantes nesta etapa.

Destacamos, também, a disparidade da injusta nota técnica atribuída à Recorrente nos itens PLANO DE TRABALHO e ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, uma vez que este Consórcio atendeu com méritos, e **além do que solicita o edital, com riqueza de detalhes e excelente nível de abordagem, tudo isso associado ao indispensável acabamento**, características essas intrínsecas aos trabalhos das empresas STRATA ENGENHARIA EIRELI e EPC – ENGENHARIA, PROJETO E CONSULTORIA S/A.

Em função do exposto, mesmo considerando as diferenças naturais nas redações dos textos e na apresentação dos desenhos e representações esquemáticas contidas em cada proposta, é inegável que **as conclusões e os aspectos metodológicos descritos se equivalem visivelmente**, com grande grau de semelhança aos argumentos das demais licitantes (e não poderia deixar de ser de outra forma, em virtude da capacidade de todas as concorrentes e da obviedade dos assuntos que deveriam ser descritos), sendo injustificável, portanto, sob o olhar frio da imparcialidade e da impessoalidade, a destinação de notas tão discrepantes a produtos finais praticamente iguais.

Pelo exposto, em que pese o profundo respeito pela decisão proferida preliminarmente nos autos, bem como pela conceituada equipe técnica avaliadora responsável, a Recorrente serve-se do presente unicamente para demonstrar sua **inconformidade com o resultado do julgamento divulgado**, uma vez que caso este seja mantido indubitavelmente prejudicará a competitividade do certame, **o que poderá levar a VALEC a desviar-se do principal objetivo da licitação que é contratar a proposta mais vantajosa para o erário, uma vez que esta licitante mostra óbvio o conhecimento dos a realizar.**

II – DA NECESSIDADE DE REVISÃO DA NOTA TÉCNICA FINAL DA RECORRENTE

Em relação ao julgamento dos profissionais indicados para composição da Equipe Técnica, observa-se que ao **Engº José Francisco Neves de Resende** (indicado para a função de responsável pela seção técnica) foi destinada nota 0,00 (zero vírgula zero), mas não foram apresentados os argumentos que embasaram tal decisão, injusta, ao nosso ver, uma vez que os atestados apresentados atendem integralmente as condições editalícias para que fosse destinada a pontuação total permitida para o item, ou seja, 7,00 (sete) pontos.

Essa Douta Comissão alegou apenas que “as CATS apresentadas não contemplam o nome do Engº Maurício Otávio Noce”. Contudo, presumindo que a justificativa para a não concessão de pontos a ambos profissionais foi a mesma, é muito simples demonstrar o equívoco ocorrido, já que nos documentos apresentados no certame constam claramente os nomes destes nas certidões de acervo técnico.

Como se não bastasse, há, ainda, a necessidade de revisão da pontuação atribuída à Recorrente no julgamento da Fase de Proposta Técnica (itens “Plano de Trabalho” e “Estrutura Organizacional”). Neste tópico, é possível perceber que todos os requisitos do edital foram atendidos na proposta técnica apresentada pela Recorrente, com elevado grau de requinte no acabamento. Além disso, todas as nuances e detalhes exigidos para atendimento ao objeto licitado foram convenientemente descritos, demonstrando com sobras o efetivo saber sobre as condições de execução do serviço e dos produtos a serem apresentados.

Observa-se que, quando comparada a nota dos quesitos “Plano de Trabalho e Estrutura Organizacional” atribuída à Recorrente (13,00) à concedida à licitante que obteve a maior pontuação no mencionado item (Consórcio Enecon-Consol 19 pontos) é nítida a inexistência de justificativas técnicas que demonstrem uma diferença de 6,00 pontos entre as mesmas. Tal assertiva é fundamentada nos argumentos apresentados na sequência, mesmo porque é flagrante a fragilidade do julgamento, uma vez que, para a penalização de todas as licitantes, nos diversos itens analisados, a justificativa é uma só, com pequena variação do texto,

conforme exposto a seguir (textos extraídos integralmente do Relatório de Julgamento emitido pela VALEC):

1 - “Falta de objetividade e clareza, bem como as melhorias em relação às condições mínimas exigidas para a execução dos serviços”

2 - “Não observou aprofundamento, objetividade do texto para o arcabouço de sistemas a serem utilizados, bem como para a disposição do organograma, os quais não apresentam novas práticas, inovação, não apresentado características que permita trabalhar com desempenho melhor que o estabelecido.”

Em se aceitando a frágil argumentação do julgamento proferido, **com termos repetidos à exaustão para praticamente todos os itens analisados**, perpetuar-se-á a injustiça, o que, por óbvio, servirá apenas para praticamente alijar licitante com ampla capacidade de atendimento ao edital da fase de Proposta de Preços, o resultando fatalmente em contratação mais onerosa a essa instituição.

II.1 – Análise Dos Currículos e Atestados dos Componentes da Equipe Técnica

a) Engº José Francisco Neves de Resende (indicado para a função de responsável pela seção técnica)

De acordo com o entendimento dessa d. Comissão, não restou considerado, para fins de comprovação da capacidade da equipe técnica da proponente, os atestados apresentados para a função de **Responsável pela seção técnica** emitidos em nome do **Engenheiro José Francisco Neves de Resende**.

Não há no relatório técnico emitido, salvo engano, o motivo pelo qual não foi atribuída nota técnica aos atestados alusivos a tal profissional. Presume-se, portanto, ser o mesmo motivo pelo qual também não se concedeu nota aos atestados emitidos em nome do profissional Maurício Otávio Noce, qual seja, as **“CATs apresentadas não constam o nome do engenheiro”**.

Com efeito, em função desse entendimento, a Recorrente foi penalizada injustamente com a perda de 7,0 (sete) pontos, deixando de obter a pontuação integral destinada àquela função pelo edital.

No entanto, em que pese o profundo respeito a essa Comissão, é de se notar que a capacidade técnica do profissional indicado em relação ao quesito foi pontuada de forma equivocada. Isso porque, a Recorrente, em sua Proposta Técnica, apresentou 02 (dois) atestados emitidos pela CBTU, os quais vieram acompanhados dos respectivos acervos técnicos junto ao CREA-MG em nome do Engenheiro José Francisco Neves de Resende (CAT 1537/01 e CAT 1529/01), conforme determina o Termo de Referência do Edital em comento.

Basta observar que nas referidas certidões (CAT) constam expressamente o nome do citado profissional, atuando este como Coordenador Técnico com as funções de supervisão, planejamento, gerenciamento e fiscalização de obras de infraestrutura de transportes ferroviários/metroviários. Essas funções se encontram, inclusive, literalmente descritas no conteúdo da certidão apresentada nos autos pela Recorrente (fls. 011, 015 e 024 da Certidão de Acervo Técnico 1537/01 que integra o atestado de capacidade técnica apresentado).

De igual modo na CAT 1529/01, alusiva ao outro atestado apresentado, consta, nas fls. 003, 007, 008 e 009, a atuação do Engenheiro José Francisco Neves de Resende na **supervisão/gerenciamento** de obras de infraestrutura de transportes ferroviários/metroviários.

Diante disso, não se sustenta a justificativa que fundamentou a não concessão de pontuação aos atestados apresentados em nome de tal profissional. Vale ressaltar que a adoção de interpretação em sentido diverso contraria o próprio sentido da exigência de comprovação feita mediante atestados de capacidade técnica, onde a Administração Pública deve levar sempre em conta em seus julgamentos o conteúdo do documento e da experiência apresentada pelo licitante, sem se perder no formalismo inútil de nomenclaturas e padronizações. No **caso em tela a CAT se vincula aos atestados devendo suas**

informações constarem como parte do conteúdo da documentação técnica apresentada. No caso, ignorar o que se encontra na CAT se mostraria completamente inadmissível.

Importante lembrar, ainda, que a finalidade da análise dos atestados de capacidade técnica é a verificação de que a equipe técnica responsável possui idoneidade e reais condições de cumprir satisfatoriamente o objeto licitado, o que de fato restou amplamente comprovado nos atestados de apresentados, claramente compatíveis ao que se pretende executar e de acordo com os critérios constantes do edital. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim se pronunciou a respeito do tema:

*Ementa ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA. 1. A responsabilidade técnica é própria de profissional não podendo ser exercida por pessoa jurídica. 2. **A FINALIDADE DA ART É INDIVIDUALIZAR E IDENTIFICAR A RESPONSABILIDADE DO ENGENHEIRO ou arquiteto POR OBRA OU PROJETO, [...].**" (TRF - QUARTA REGIÃO; AC; 200672000131980; UF: SC; DE 16/01/2008).*

Como se vê, as ART's constantes dos atestados apresentados pela Recorrente em nome de seu Engenheiro vinculam-se a estes e identificam claramente a responsabilidade direta do profissional aos serviços executados, os quais, por sua vez, são compatíveis às exigências do edital para fins de pontuação, sendo, portanto, de extrema injustiça a decisão que julgou os referidos documentos como não hábeis a serem pontuados.

Diante disso, verifica-se, sem maiores dificuldades, que os documentos apresentados pela Recorrente deveriam ter sido integralmente considerados como pontuáveis por essa Comissão Julgadora. Com efeito, corrigida tal impropriedade, **deve ser atribuída a pontuação máxima aos atestados apresentados em nome do Eng. José Francisco Neves de Resende.**

b) Engº Maurício Otávio Noce (indicado para a função de responsável pela supervisão das obras de drenagem, OAC e OAE)

As mesmas premissas acima abordadas valem para o Engenheiro de OAE e Drenagem e OAC. No julgamento técnico proferido essa d. Comissão não considerou pontuáveis os atestados apresentados em nome do **Engenheiro Maurício Otávio Noce**. O motivo apresentado foi de que: as **"CATs apresentadas não constam o nome do engenheiro"**.

Em vista disso, a ora **Recorrente foi penalizada com a perda de 7,0 (sete) pontos, deixando de obter a pontuação integral destinada àquela função pelo edital.**

No entanto, mais uma vez, é de se notar que **a capacidade técnica do profissional indicado em relação ao quesito foi pontuada de forma equivocada.** A Recorrente, em sua Proposta Técnica, apresentou 02 (dois) **atestados**, um emitido pela Companhia Vale do Rio Doce (CRVD) e outro pela CBTU, **acompanhados dos respectivos acervos técnicos junto ao CREA-MG (CAT 1537/01 e CAT 1529/01)**, conforme determina o Termo de Referência do Edital em comento.

Basta observar que nas referidas certidões constam expressamente o nome do citado profissional, demonstrando experiência como responsável técnico na supervisão e execução de superestrutura de obras de arte correntes e especiais de transportes ferroviários/metroviários. Essas funções se encontram, inclusive, literalmente descritas no conteúdo da certidão apresentada nos autos pela Recorrente (**fls. 003, 008, 013 e 018 da Certidão de Acervo Técnico 1537/01 que integra o atestado de capacidade técnica apresentado**).

De igual modo na CAT 2158/94 consta, claramente, a atuação do **Engenheiro Maurício Otávio Noce na supervisão/fiscalização de obras de arte especiais** de obras de infraestrutura de transportes ferroviários/metroviários, sendo este o Responsável Técnico, inclusive.

Mais uma vez, cumpre ressaltar que a adoção de interpretação em sentido diverso contraria o próprio sentido da exigência de comprovação feita mediante atestados de capacidade técnica. No caso em tela a CAT se vincula aos atestados devendo suas informações

constarem como parte do conteúdo da documentação técnica apresentada. Ignorar o que se encontra na CAT se mostra inadmissível.

Importante lembrar, ainda, que a finalidade da análise dos atestados de capacidade técnica é a verificação de que a equipe técnica responsável possui idoneidade e reais condições de cumprir satisfatoriamente o objeto licitado, o que de fato restou amplamente comprovado nos atestados de apresentados, claramente compatíveis ao que se pretende executar e de acordo com os critérios constantes do edital. A jurisprudência assim se pronunciou a respeito do tema:

**TRF-1 - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA AMS 200942000002176
RR 2009.42.00.000217-6 (TRF-1)**

Data de publicação: 30/08/2013

Ementa: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT. INABILITAÇÃO. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA COMPROVADA. ILEGALIDADE. I - **EM SENDO A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT DOCUMENTO HÁBIL A COMPROVAR A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO LICITANTE**, não se afigura legítima, na espécie, a inabilitação da impetrante, em razão da ausência de apresentação de **atestado de capacidade técnico-operacional**, na espécie. II - Apelação e remessa oficial desprovidas. Sentença confirmada.

**TRF-1 - REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA REOMS
41669 DF 0041669-04.2010.4.01.3400 (TRF-1)**

Data de publicação: 01/06/2012

Ementa: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO. DOCUMENTO QUE ATENDE A EXIGÊNCIA LEGAL. ART. 30, § 3º, DA LEI 8.666 /93. I - Nos termos do art. 30, § 3º, da Lei 8.666 /93, "será sempre admitida a comprovação de aptidão através de **certidões** ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior." II - **Da análise do caso concreto, verifica-se que a impetrante comprovou a qualificação técnica mediante Certidão de Acervo Técnico, fornecida pelo Conselho Regional de Administração do Distrito Federal**, afigurando-se, portanto, ilegal, a merecer correção pela via mandamental, o ato que determinou

a inabilitação da impetrante em procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico. III - Remessa oficial desprovida. Sentença confirmada.

Como se vê, as ART's constantes dos atestados apresentados pela Recorrente em nome de seu Engenheiro identificam claramente sua responsabilidade direta pelos serviços executados, os quais são compatíveis com as exigências do edital para fins de pontuação, sendo de extrema injustiça a decisão que julgou os referidos documentos como não hábeis a serem pontuados.

Diante disso, verifica-se, sem maiores dificuldades, que os documentos apresentados pela Recorrente deveriam ter sido integralmente considerados como pontuáveis por essa Comissão Julgadora. Com efeito, corrigida tal impropriedade, **deve ser atribuída a pontuação máxima aos atestados apresentados em nome do Eng. Maurício Otávio Noce.**

II.2 – Análise do Item “Plano de Trabalho”

Como antecipado no início da presente peça recursal, há ainda a necessidade de revisão da pontuação técnica atribuída à Recorrente no julgamento da Fase de Proposta Técnica quanto ao item Plano de Trabalho.

Isso porque os requisitos exigidos pelo edital quanto a este item específico da avaliação técnica foram atendidos na proposta técnica apresentada. Além disso, todas as nuances e detalhes exigidos ao objeto licitado foram descritos e delimitados pela Recorrente, demonstrando com sobras seu efetivo saber sobre as condições do objeto e seu diagnóstico geral com a indicação das soluções técnicas dos principais tópicos relacionados à execução das atividades.

Há, com o devido respeito, um equívoco na nota técnica atribuída à Recorrente, uma vez que este Consórcio atendeu integralmente ao que foi exigido no edital, tendo ido, inclusive **além, apresentando descrição com riqueza de detalhes e, diga-se, com excelente nível de abordagem associado a um indispensável acabamento**, características essas

intrínsecas aos já reconhecidos trabalhos das empresas consorciadas (STRATA ENGENHARIA EIRELI e EPC – ENGENHARIA, PROJETO E CONSULTORIA S/A).

Em função do exposto, mesmo considerando as diferenças naturais nas redações dos textos e na apresentação dos desenhos e representações esquemáticas contidas em cada proposta, é inegável que **as conclusões e os aspectos metodológicos descritos se equivalem visivelmente**, com grande grau de semelhança aos argumentos das demais licitantes (e não poderia deixar de ser de outra forma, em virtude da capacidade de todas as concorrentes e da obviedade dos assuntos que deveriam ser descritos), sendo injustificável, portanto, sob o olhar frio da imparcialidade e da impessoalidade, a destinação de notas tão discrepantes a produtos finais praticamente iguais.

a) Métodos e Fluxograma

No desenvolvimento deste capítulo de sua Proposta Técnica o CONSÓRCIO STRATA-EPC baseou-se nas atividades de supervisão convenientemente descritas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, precisamente no item 11 – Escopo dos Serviços de Supervisão de Obras, situado entre as páginas 41 e 45 do Edital nº 007/2016. Com efeito, **a Proposta Técnica foi estruturada partindo das descrições gerais** (conhecimento do problema e das exigências das atividades de supervisão) **para as descrições particulares** (detalhamento dos produtos que se pretende oferecer), **finalizando com a apresentação de um fluxograma geral dos trabalhos** onde todas as atividades se inter-relacionam de objetiva, **propiciando uma fácil compreensão do que se propõe para todo o período de exercício da supervisão.**

De fato, em sua explanação, o a Recorrente **descreveu de forma detalhada e minuciosa todas as etapas do trabalho de supervisão**, o qual vai desde a mobilização de sua Equipe Técnica até a entrega dos relatórios mensais, passando pelas atividades da serem efetivamente controladas (terraplenagem, drenagem, obras-de-arte especiais, dentre outras), incluindo a citação das especificações de serviço, o controle de correspondências e o arquivamento dos documentos, os controles de laboratório, dentre outros elementos. A Proposta Técnica contemplou, também, um Organograma de Inter-relacionamento onde foram

explicitadas as atribuições de cada uma das partes envolvidas no processo de construção da ferrovia (Supervisora; Construtora e Fiscalizadora).

Em suma, foram expostas as formas de abordagem, a seleção dos métodos de trabalho, as normas e os procedimentos a serem seguidos e a forma de controle e de apresentação dos serviços e produtos almejados pelo objeto. Como se não bastasse restou ainda apresentada a sistemática para execução dos serviços com processos tecnológicos e científicos, tudo conforme edital, razão pela qual não se compreende a nota REGULAR recebida na avaliação ora recorrida.

Para se ter ideia, um dos aspectos de maior relevância proposto pelo CONSÓRCIO STRATA-EPC foi a necessidade de se dividir as atividades de supervisão em três fases distintas e simultâneas, como descrito a seguir, cumprindo-nos ressaltar que os termos ora reproduzidos foram extraídos da Proposta Técnica apresentada no certame:

“Os trabalhos de supervisão serão desenvolvidos durante o prazo de 18 meses estabelecido inicialmente para conclusão da obra. Tendo com base esta premissa, o CONSÓRCIO STRATA-EPC propõe um Esquema Geral de Funcionamento da Supervisão que considera que as atividades fins para o efeito do efetivo acompanhamento das obras serão divididas em três fases distintas, consecutivas e/ou simultâneas, descritas a seguir.

- ***Fase Preliminar*** – Análise crítica dos projetos existentes e da situação geral da obra, pois esta contratação trata de continuidade de outro contrato, conforme dito no edital;
- ***Fase Executiva*** – Nesta fase serão desenvolvidas as atividades relativas à efetiva supervisão e gerenciamento para implantação das obras, de acordo com as normas, necessidades e expectativas de investimento preconizadas pela contratante;
- ***Fase Final*** – Nesta etapa dos serviços serão executadas atividades que objetivam o recebimento das obras e a entrega para o controle e administração da VALEC.

As sequências relacionadas às atividades técnicas e administrativas do contrato serão programadas cronologicamente, de modo que as informações e documentos possam ser acumulados, detalhados e articulados progressivamente até a conclusão de cada fase, sendo que as informações produzidas em uma etapa nortearão as execuções das etapas seguintes. Os

*documentos resultantes das diversas atividades e etapas do trabalho serão submetidos gradativamente ao conhecimento e à aprovação da VALEC, devendo ser arquivados para verificação a qualquer tempo. Apresenta-se a seguir a **Estrutura Geral de Funcionamento da Supervisão proposta pelo CONSÓRCIO STRATA-EPC** para o exercício das atividades contempladas no Termo de Referência do Edital 007/2016"*

O formato A-4, denominado ESTRUTURA GERAL DE FUNCIONAMENTO DA SUPERVISÃO, é uma representação gráfica que **sintetiza de forma clara, abrangente e objetiva a forma proposta pelo CONSÓRCIO STRATA-EPC para atuar no controle das obras de construção da FNS.**

Concluída a explanação geral, o CONSÓRCIO STRATA-EPC descreveu, ainda, as particularidades do serviço, indicando as possíveis "não conformidades" a que estão expostas as atividades técnicas de construção e apontou as ações previamente estabelecidas para as correções de rota, com destaque para os seguintes temas principais: **Problemas Técnicos Relacionados a Erros e Omissões do Projeto de Engenharia; Problemas Administrativos Durante as Atividades de Supervisão** (desobstrução da faixa de domínio; plano de ataque da construtora; tratamento administrativo de eventos não previstos em projeto) **Problemas Relacionados aos Controles de Qualidade nas Atividades de Construção** (terraplenagem, drenagem e oac, infra e superestrutura ferroviária, obras complementares e de sinalização; obras-de-arte especiais; serviços de proteção ao meio ambiente), sendo que para o tema "meio ambiente", em função da importância que inclui atendimento à legislação específica, a Recorrente ainda apresentou um formato onde se destacam as Atividades de Monitoramento Ambiental a serem instituídas em fase de obra para reduzir/eliminar os impactos dos serviços sobre a biota.

Na sequência, este licitante descreveu claramente como será sua Participação na Solução de Problemas Normais da Obra, atividades essas que se iniciarão através da verificação de todas as referências do empreendimento (marcos de coordenadas, RN's, análises de documentos produzidos, etc), uma vez que o serviço a ser contratado através do Edital de Concorrência 007/2016 é continuidade de outro contrato não renovado, o que exigirá uma atualização das informações técnico-administrativas disponíveis. Descreveu-se, também, a

necessidade de se proceder revisões/atualizações dos projetos, a verificação da qualidade das obras e serviços, a necessidade de obediência às normas técnicas e de segurança, os procedimentos para a aprovação/liberação das medições, o indispensável assessoramento técnico à VALEC, os registros de todas as atividades, a produção de relatórios, o arquivamento dos dados da obra e o manuseio dos documentos, o monitoramento do cumprimento das cláusulas contratuais, dentre outras atividades.

Todas as atividades transformadoras (obras) exigem a adoção de medidas para garantir a saúde e a segurança dos envolvidos no empreendimento. Baseado nessa premissa o CONSÓRCIO STRATA-EPC descreve no capítulo 5.1.3 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA EM FASE DE OBRAS, todos os procedimentos que deverão ser postos em prática pela Supervisora, para o efetivo cumprimento das normas de segurança, sendo que tais medidas devem ser aplicadas em três etapas simultâneas e consecutivas, tais sejam: **Segurança Durante a Execução dos Serviços** (inclui sinalização, o modo de operação dos equipamentos, o correto uso e trânsito dos veículos na obra, etc); **Segurança Individual dos Trabalhadores da Obra** (inclui a conscientização para o uso de EPI's, ações de ordem educativa, o tratamento adequado ao lixo produzido); **Segurança Ferroviária Após a Conclusão da Obra** (atendimento ao Projeto de Sinalização). **Cumprir citar que este item da Proposta Técnica ressalta a preocupação do CONSÓRCIO STRATA-EPC com todos os aspectos da obra (técnicos e humanos), e não somente com os aspectos da construção em si, preocupação essa intrínseca aos procedimentos comumente utilizados pela própria VALEC em seus empreendimentos.**

Para concluir o capítulo, o CONSÓRCIO STRATA-EPC apresentou um FLUXOGRAMA DE ATIVIDADES DE SUPERVISÃO DE OBRAS **onde se relacionam mais de 40 (quarenta) atividades técnico-administrativas**, todas elas com os devidos níveis de detalhamento, incluindo o ordenamento lógico de cada tarefa. O referido fluxograma **sintetiza a forma de atuação proposta por esse licitante para atuar na Supervisão das Obras**, além de ser um resumo gráfico de toda a explanação feita ao longo de 16 páginas, não deixando dúvidas de seu pleno domínio das atividades a serem implementadas para o controle técnico e

administrativo do empreendimento. Por fim, cabe citar como consta em Edital, precisamente à página 68/118, a definição para este importante item da Proposta Técnica:

“Fluxograma de Atividades - onde a licitante exporá de forma gráfica como pretende equacionar as interfaces entre as várias atividades envolvidas na consecução do objeto”

Entretanto, apesar de toda a extensão e qualidade na abordagem de sua proposta técnica, após a análise do enquadramento às condições do edital e à comparação com os produtos apresentados pelos demais licitantes, assim se pronunciou essa Douta Comissão Julgadora:

“Para o Plano de Trabalho foram atribuídos 2,5 para os subsistemas fluxograma e métodos, justificado pela falta de objetividade e clareza, bem como as melhorias em relação às condições mínimas exigidas para a execução do serviço”.

Tendo como base o que se expôs, é, com o devido respeito, bastante claro que a proposta da **Recorrente atendeu, além da expectativa**, às condições impostas pelo edital e deveria, por isso, ter recebido a nota máxima para ambos os quesitos (Métodos e Fluxograma).

Após o que foi aqui demonstrado, não há como se sustentar a tese de que as informações apresentadas pela Recorrente foram mínimas à compreensão do tema abordado ou que a proposta em questão teve uma abrangência restrita de abordagem comparativamente aos demais licitantes, que dirá clareza e objetividade. Ao se comparar o conteúdo das Propostas Técnicas das demais licitantes **com aquela apresenta pelo CONSÓRCIO STRATA-EPC não é possível identificar qualquer abordagem adicional ou excepcional, nem tampouco qualquer caráter inovador** capaz de tornar a proposta da Recorrente apenas REGULAR e considerar outras como EXCELENTEs. Trata-se de uma questão usual e corriqueira às empresas do mercado que executam tal tipo de objeto, sendo injustificada tecnicamente uma diferenciação tão grande entre a proposta da Recorrente e as demais.

De fato, ao se fazer uma análise literal e imparcial percebe-se que as propostas técnicas de todos os concorrentes quanto a este item específico **se mostram equivalentes e**

bastante similares **não se justificando**, de maneira alguma, a **total discrepância entre as notas atribuídas**, razão pela qual se solicita um novo olhar por parte desses respeitados julgadores, especialmente diante da descrição e dos apontamentos ora trazidos na presente peça recursal.

II.3 – Análise do Item “Estrutura Organizacional”

a) Sistemas a Utilizar

Segundo essa respeitada Comissão, a proposta da Recorrente não teria se aprofundado objetivamente acerca do arcabouço dos sistemas a serem utilizados na execução dos trabalhos. Em vista disso, a nota recebida para tal item específico foi REGULAR (1 PONTO).

Todavia, com o devido respeito, requer, também, a revisão de tal pontuação por esses Julgadores, uma vez que o conteúdo em referência aos sistemas apresentado pela Recorrente traz informações completas sobre o tema, além de ser coerente, claro, objetivo e inovador, possuindo excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas.

E isso tudo é fácil de ser comprovado quando se percebe que o sistema proposto pelo CONSÓRCIO STRATA-EPC para a condução dos serviços de supervisão das obras de implantação da FNS se baseia em um ***“sistema informatizado e totalmente integrado que permitirá o controle de todas as etapas de construção, além de facilitar o acompanhamento das não conformidades identificadas e a aplicação de procedimentos para correção de rotas”***.

Dessa forma, todas as atividades de Supervisão da Obra de Implantação da FNS serão coordenadas por um Sistema de Integrado de Gerenciamento (SIG), ferramenta esta que funciona totalmente em *web*, alimentada por informações oriundas do Engenheiro Coordenador que se utilizará de senha única apropriada, garantindo a segurança das informações.

O mencionado SIG, utilizado pelo CONSÓRCIO STRATA-EPC, é dividido em módulos (Cadastro, Supervisão, Planejamento, etc...) o que traz grande mobilidade a sua operação, permitindo a inserção de ajustes, além de apresentar um resultado imediato para os novos horizontes, possibilitando a implementação de ações para correções de rotas. Dentre eles, cabe citar o **MÓDULO DE GERENCIAMENTO E CONTROLE**, cuja descrição, parte integrante da Proposta Técnica da Recorrente, **apresenta-se na sequência, em face de sua importância para um empreendimento com tantas variáveis.**

“O MÓDULO DE GERENCIAMENTO E CONTROLE efere-se à materialização das ações, ou seja, **a execução da supervisão das obras através da coordenação de pessoas, recursos técnicos e equipamentos** para implantação de ações corretivas e, principalmente, preventivas. Metodologicamente são divididos em etapas **interativas e de relacionamento estreito, por vezes complementares, como descrito abaixo.**

- **O plano de Gerenciamento de Escopo** tem como objetivo **definir e controlar os trabalhos a serem realizados para a implantação da obra** e o grau de detalhamento. Quanto mais detalhado o escopo, maior a possibilidade de sucesso do empreendimento;
- **O Gerenciamento do Prazo** é importante porque estabelece o controle do cronograma, estando relacionado ao **sequenciamento de atividades** com estimativa de duração de cada etapa, tudo associado à correta definição das mesmas, o que propicia o controle das prioridades e mudanças quando há registro de alterações e avaliações de prazos;
- **O Gerenciamento de Custos** pressupõe a garantia dos **recursos necessários para a realização do trabalho**. Refere-se à elaboração de orçamentos, investimentos, quantificações, estimativas financeiras, controle de custos e planejamento de recursos;
- **Gerenciamento da Qualidade** se refere à garantia da satisfação de todos os envolvidos com a implantação da obra. Visa a melhoria contínua, exigência de alto desempenho no empreendimento, desenvolvimento do serviço/produtos, níveis tecnológicos elevados, etc. A garantia da qualidade **tem por objetivo assegurar que na obra sejam empregados os recursos necessários para cumprimento dos requisitos técnicos;**
- **O Gerenciamento das Pessoas** está relacionado ao melhor uso dos indivíduos envolvidos com a implantação da obra, pois são fundamentais na realização de empreendimentos. **São elas que tornam possível a efetivação de qualquer ação, que definem as metas, os planos, direcionam as ações, organizam o trabalho, produzem resultado, coordenam e controlam as atividades de implantação da obra.** Esta área envolve gerenciamento das habilidades das pessoas e relações sociais (salutar em qualquer trabalho), além



de planejamento organizacional, recrutamento de novos profissionais e desenvolvimento da equipe;

- **O Gerenciamento das Comunicações** tem um papel relevante para a execução das atividades, em face do seu aspecto estratégico. **Saber o que se quer, porque se quer fazer-se entender, interagir, trabalhar em equipe são fundamentais para o desempenho competente e eficaz.** A comunicação eficiente garantirá a integração da equipe e a fluidez de informações no tempo certo e envolverá a distribuição de informações, o planejamento das comunicações e os relatórios de acompanhamento da obra para atualização do sistema;
- **O Gerenciamento de Riscos** baseia-se no controle das possibilidades de acontecimentos ruins ou bons durante a implantação da obra. Cabe a ele coletar informações sobre possibilidades de riscos e revê-los de forma sistemática criando estratégias para garantia de sucesso. **Envolve todos os processos de planejamento e identificação de riscos, análise quantitativa e qualitativa dos riscos, planejamento de respostas, monitoramento e controle;**
- **O Gerenciamento das Aquisições** tem como objetivo garantir que os insumos a serem utilizados sejam entregues no prazo e que atendam em relação aos aspectos de qualidade. O correto gerenciamento deste elemento aumentará as chances de sucesso;
- **O Gerenciamento da Integração** busca coordenar todas as equipes e as etapas intrínsecas a uma obra. Dentro destas áreas de conhecimento existem diversos recursos que podem ser utilizados na busca da obtenção da melhor qualidade final para a obra [...]

Paralelamente ao SIG o CONSÓRCIO STRATA-EPC propôs em seu texto a utilização de **SOFTWARES DE GERENCIAMENTO E CONTROLE que, convenientemente associados a PROCESSOS DE GESTÃO DA QUALIDADE**, garantem o cumprimento dos prazos e a qualidade dos serviços, tudo isso perfeitamente adequado aos custos previstos para o empreendimento. Dentre os principais softwares propostos pela Recorrente cabem destaque para o MS-PROJETC (planejamento e controle); REGENTE (análise e controle de custos); ISOSystem (controle de documentos); PLATAFORMA BIM (moderno software para obtenção de modelos em 3D); dentre outros. **Os Processos de Gestão de Qualidade** propostos garantem o perfeito andamento das atividades, sendo que a evolução física da obra será acompanhada por uma CURVA S, onde se compara o PLANEJADO com o EXECUTADO.

O Fluxo de Informações da Obra se baseará em procedimentos específicos através da adoção de procedimentos únicos que garantirão a fluidez e a exatidão de todos

assuntos tratados no âmbito do empreendimento, sendo **que a alimentação do sistema se dará a partir de senhas** controladas pelo Engenheiro Coordenador. Além da comunicação a ser implementada no cotidiano da obra, o sistema proposto contempla um Plano de Comunicação e Informações Institucionais e o Sistema de Registro de Informações, onde estará arquivado a memória técnico-administrativa da obra. Em complemento, a licitante apresenta dois fluxogramas de fácil compreensão que sintetizam a GESTÃO DA SUPERVISÃO e a GESTÃO DAS INFORMAÇÕES do empreendimento. Cabe observar que em ambos os processos, os diversos elementos se articulam de forma coerente com o que se descreve nos textos apresentados.

Todo o Sistema é complementado pela descrição da **Logística Geral**, onde se encontram descritos os **insumos, estruturas físicas, pessoal, veículos e equipamentos** para a consecução do objetivo final, que é fornecer à VALEC um produto com a chancela de alto nível de controle e qualidade, com pleno atendimento aos prazos e custos projetados pelo CONTRATANTE.

Diante do conteúdo apresentado e da completude das informações trazidas em sua proposta técnica, a Recorrente, honestamente, não consegue compreender como sua pontuação foi classificada apenas como REGULAR, ainda mais quando os sistemas propostos foram os mais avançados do mercado e toda a descrição formalizada demonstra um alto conhecimento do tema e experiência na execução e no sucesso de sua utilização.

b) Atribuição de Atividades

Para o presente tema, o edital em comento exigia a descrição das atribuições e das responsabilidades das diversas áreas, **o que foi feito com excelência pelo CONSÓRCIO STRATA-EPC, muito além daquilo preconizado no documento que balizou a licitação.** De fato, **a descrição do referido item em referência foi integralmente baseada no ORGANOGRAMA FUNCIONAL** proposto, item este **valorizado** pela Douta Comissão Julgadora com a nota máxima.

A partir daí, foram descritas, **separadamente e por nível de formação**, as diversas áreas da supervisão, incluindo os níveis de hierarquia, a necessidade de inter-relacionamento entre os diversos membros da Equipe Técnica, a experiência exigida para cada membro da Equipe Técnica em função do seu nível de importância dentro das atividades a realizar; os softwares de domínio para cada atividade; as atividades específicas de cada membro; a classificação do pessoal técnico em relação à codificação definida pela VALEC (T-4, P-0; P-2; A-0, etc); as habilidades complementares de cada integrante; o número de profissionais em cada área, dentre outros elementos, sendo que toda a descrição se apresenta articulada com as necessidades do empreendimento e com as determinações contidas no **ORGANOGRAMA FUNCIONAL**, incluindo os membros da Equipe Técnica exigidos para pontuação. **As diversas áreas de controle** (Obras de Superestrutura; Obras de Terraplenagem; Obras de Drenagem e de Concreto; Controle Ambiental e de Segurança do Trabalho; Controle Topográfico e Controle Tecnológico de Pista) **também integram a descrição** da Atribuição das Responsabilidades das Diversas Áreas do Empreendimento, **o que está muito além das exigências editalícias**. Em complemento o CONSÓRCIO STRATA-EPC apresentou o **CRONOGRAMA DE UTILIZAÇÃO DE PESSOAL**, onde se encontram nominados todos os membros da Equipe Técnica Principal e o **CRONOGRAMA GERAL** (pontuados com a nota máxima).

Em função de tão contundente conteúdo, **como entender que não foram apresentadas pela Recorrente inovações e novas práticas ou que não foram apresentadas condições que permitam trabalhar com o melhor desempenho?** A proposta apresentada foi manifestamente além do que exigia o próprio edital, apresentando um organograma com desempenho muito acima da média usual, bem como práticas de vanguarda que já possuem resultados de excelência.

No entanto, apesar de todo esse detalhamento apresentado, assim se pronunciou essa COMISSÃO JULGADORA em relação à Proposta Técnica do CONSÓRCIO STRATA-EPC: *"Para a Estrutura Organizacional tem-se atribuído 1, para sistema a utilizar, e 1 na atribuição de atividades. Nesses tópicos não se observou aprofundamento, objetividade do texto para o arcabouço de sistemas a serem utilizados, bem como para a disposição do*

organograma, os quais não apresentam novas práticas, inovação, não apresentando características que permita trabalhar com desempenho melhor que o estabelecido”.

Com efeito, nota-se que tal avaliação se mostra injusta especialmente quando avaliado o conteúdo daquilo que foi apresentado pela Recorrente. Não se observa, com o devido respeito, que as práticas apresentadas pela Recorrente não seriam novas ou quais foram as características para melhoria do desempenho não mencionadas na proposta técnica ora discutida.

Ademais, quando observadas as propostas que receberam notas superiores observa-se bastante similaridade e não se identifica qualquer diferença visível que justifique tal avaliação tão diferenciada. Quando comparada, por exemplo, a nota dos quesitos “Plano de Trabalho e Estrutura Organizacional” atribuída à Recorrente (13,00 pontos) à concedida à licitante que obteve a maior pontuação no mencionado item (Consórcio Enecon-Consol: 19,00 pontos) é nítida a inexistência de justificativas técnicas que demonstrem uma diferença de 6,00 pontos entre as mesmas.

Com efeito, solicita-se uma nova apreciação por parte desses Julgadores, sendo, inclusive, recomendável, uma análise comparativa entre as propostas, de molde a padronizar o julgamento e a pontuação concedida, até porque, com o devido respeito, inexistem diferenças entre os conteúdos apresentados que possam justificar tamanha diferença de pontuação como a ora recorrida.

III – DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Por todo o exposto, considerando toda a comprovação apresentada pela Recorrente por meio do conteúdo de sua técnica e sua respectiva compatibilidade com os critérios de julgamento estabelecidos no edital, **REQUER seja reformado o julgamento proferido por essa D. Comissão, promovendo-se o aumento de sua pontuação técnica final fundamentado nos quesitos constantes do ato convocatório:**

i) com a concessão da pontuação máxima aos atestados de capacidade técnica de seus profissionais, cujos nomes constam efetivamente das CATs apresentadas; e

ii) com o aumento da nota concedida aos itens **PLANO DE TRABALHO e ESTRUTURA ORGANIZACIONAL** de sua proposta técnica, os quais se mostram objetivos, abrangentes, completos e inovadores, inexistindo diferenças significativas a justificar tamanha diferença de notas, especialmente quando comparados tais quesitos aos apresentados pelos demais licitantes.

Nestes Termos,
Requer Deferimento.

Brasília, 20 de março de 2017.



CONSÓRCIO STRATA / EPC Lote 01S – Extensão Sul da FNS
Bernar D'Assis Granja Campos
Representante Legal

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Belo Horizonte, 03 de outubro de 2016.

À

VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S. A.

Setor de Autarquias Norte – SAN, Quadra 03 – Lote A

Edifício Núcleo dos Transportes, Sala 11.00 – CEP: 70.040-000

Brasília - DF

Ref.: Edital nº 007/2016 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA – VALEC

At.: Comissão Permanente de Licitações

O abaixo assinado, responsável legal pelo **CONSÓRCIO STRATA / EPC Lote 01S – Extensão Sul da FNS STRATA ENGENHARIA EIRELI**, vem, pela presente, informar a V.Sas., que a Sra. **RUTE LOPES DE QUEIROZ**, Carteira de Identidade nº 1.368.488 – SSP/DF e CPF nº 610.441.721-34, é a pessoa designada para representar nossa empresa na licitação acima referida, podendo assinar atas e demais documentos; apresentar impugnações e recursos; inclusive, renúncia expressa a recurso nas fases de habilitação e classificação, se for o caso; e, ainda, praticar todos os atos necessários ao desempenho da representação no referido procedimento licitatório.

Atenciosamente,


CONSÓRCIO STRATA / EPC Lote 01S – Extensão Sul da FNS
Bernar D'Assis Granja Campos
Representante Legal



LIVRO
1962 P

FOLHA
052

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE
FAZ(EM) STRATA ENGENHARIA
LTDA NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, ao(s) 20 (vinte) dias do mês de janeiro do ano de 2017 (dois mil e dezessete) nesta Cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, no Serviço Notarial do 3º Ofício na Av. Augusto de Lima, 385, compareceu(ram) como outorgante(s): **STRATA ENGENHARIA LTDA**, com sede na Rua Castelo de Sintra, nº 24, Bairro Castelo, CEP 31.330-200, Belo Horizonte, Minas Gerais, CNPJ nº 38.743.357/0001-32; com seu Contrato Social Consolidado na 32ª Alteração Contratual devidamente registrada na JUCEMG sob o nº 31210782793 em 17/01/2017, e Certidão Simplificada expedida em 19/01/2017, aqui arquivada, neste ato representada por seu Sócio Administrador, **PAULO ROMEU ASSUNÇÃO GONTIJO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade M 3.612.028, expedida pela SSP/MG, CPF 108.825.026-20, residente e domiciliado à SHIS QL 16, Conjunto 06, casa 18, Lago Sul, CEP 71.640-265, em Brasília/DF; parte(s) que se identificou(ram) ser(em) a(s) própria(s), conforme documentação apresentada do que dou fé. E, pelo(a-s) outorgante(s) me foi dito que, nomeia(m) e constitui(em) seu(a-s) bastante(s) procurador(a-es): **RUTE LOPES DE QUEIROZ**, brasileira, assistente, solteira, residente e domiciliado na(em) Quadra 47, Casa 26, Bairro Gama, Brasília, Distrito Federal, CI nº 1.368.488 SSP/DF, CPF nº 610.441.721-34; com poderes especiais para representá-la perante Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes-DNIT; a Secretaria de Obras do Distrito Federal, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP; Departamento de Estrada e Rodagem do Distrito Federal-DER/DF; VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A e Conselhos Regionais de Eng. Arq. E Agronomia - CREA's, podendo praticar quaisquer atos referentes às licitações lançadas pelos referidos órgãos, bem como participar de reunião para abertura de propostas, requerer, assinar termos de responsabilidade, assinar contratos e aditivos, recursos, impugnações, prestar informações, juntar e retirar documentos, acordar, discordar, transigir e assinar contratos oriundos das licitações; enfim, praticar os demais atos pertinentes ao fiel cumprimento deste mandato. **O presente mandato terá validade por 01 (um) ano, a contar desta data. Ficando o outorgado obrigado à prestação de contas. (FEITA SOB MINUTA).** O Tabelião reserva-se o direito de não corrigir erros materiais, neste ato, advindos de declaração do(s) Outorgante(s), declarando, o(s) mesmo(s), que foi devidamente alertado por mim sobre as consequências da responsabilidade civil e penal que aqui assumiu(ram) por todos os documentos que apresentou(ram) e por todas as declarações que prestou(ram). CÓDIGO: 8101-8 - QTD: 12 - EMOLUMENTOS: R\$ 65,04; ART.31: R\$ 3,84; TX.FISC.JUDICIÁRIA: R\$ 21,60 - TOTAL: R\$



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS - COMARCA DE BELO HORIZONTE

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO

TABELIÃ: DARLENE SILVA TRIGINELLI

AV. AUGUSTO DE LIMA, 385 - CEP 30190-000 - FONE: (31) 3273-5744 - FAX: 3222-4214 - BELO HORIZONTE - MG
www.cartoriotriginelli.com.br



LIVRO
1962 P

FOLHA
053

90,48. CÓDIGO: 1458-9 - QTD: 1 - EMOLUMENTOS: R\$ 88,04; ART.31: R\$ 5,28; TX.FISC.JUDICIÁRIA: R\$ 29,33 - TOTAL: R\$ 122,65. TOTAL GERAL: R\$ 213,13. Assim o disse(ram), do que dou fé e me pediu(ram) este instrumento, que lhe(s) lavrei nas minhas notas, lendo-o ao(s) outorgante(s), e, tendo achado conforme, outorgou(aram), aceitou(aram) e assinou(aram), do que dou fé. Eu, Ducinéa Maria Coelho Fernandes, Escrevente Substituta a fiz digitar. Eu, _____, Tabeliã, a subscrevo e assino. (aa) DARLENE SILVA TRIGINELLI; PAULO ROMEU ASSUNÇÃO GONTIJO; TRASLADADA EM SEGUIDA.

EM TESTO. _____ DA VERDADE.



 Wander Evangelista R. Júnior
Escrevente Substituto

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça
Serviço Notarial do 3º Ofício de Belo Horizonte - MG

Selo de Fiscalização: BDL77358

Código de Segurança: 6653.9906.1952.9956

Quantidade de Atos: 13

Emol.: R\$ 162,20; Taxa de Fiscalização: R\$ 50,93; Total: R\$ 213,13

Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

